Literatura Comparada Hoje

Eduardo F. Coutinho (UFRJ)

Pensar a Literatura Comparada em nossos dias é tarefa bastante complexa, que traz à tona, de imediato, uma série de problemas de ordem distinta: desde a indagação sobre os próprios conceitos de Comparatismo até o estabelecimento de relações capazes de pôr em xeque o etnocentrismo que caracterizou a disciplina em sua fase inicial e que sempre esteve presente em seu discurso teórico-crítico. Surgida em contraposição aos estudos de literaturas nacionais ou produzidas em um mesmo idioma, a Literatura Comparada traz como marca fundamental, desde os seus primórdios, a noção de transversalidade, seja a respeito das fronteiras entre nações ou idiomas, seja no que concerne aos limites entre áreas do conhecimento. Tal transversalidade, ao assegurar à disciplina um caráter de amplitude, confere-lhe ao mesmo tempo um sentido de inadequação à compartimentação do saber que, como afirma Wlad Godzich em seu The Culture of Literacy, dominou as instituições de ensino no Ocidente a partir

do Iluminismo', e projeta a Literatura Comparada em um terreno pantanoso, cujas fronteiras, frequentemente esgarçadas, tornam difícil qualquer delimitação. Assim, desde a época de sua
configuração e consolidação como disciplina acadêmica, as tentativas de defini-la estendem-se desde os que, iludidos pela ideia
da comparação, a veem como um simples método de abordagem
do fenômeno literário, até os que a tomam, no sentido amplo,como área do conhecimento. Deixando de lado qualquer tentativa de aprisionamento da Literatura Comparada em fórmulas
linguísticas definidoras, teceremos aqui algumas considerações
sobre a evolução histórico-conceitual da disciplina, procurando
assinalar as principais tendências por que ela vem passando, em
especial nas últimas décadas.

O uso de se comparar literaturas teve origem muito antes de a Literatura Comparada ser reconhecida como uma disciplina regida por certos princípios e métodos. No entanto, é só no século XIX que ela começa a instituir-se como área do saber e a definir seus rumos e objetos de atuação. Num rastreio ao velho hábito da comparação, por momentos distintos da história da literatura, todos anteriores a sua configuração como disciplina, avultam exemplos que, significativos, merecem registro. Já na Antiguidade, especialistas como Berossos ou Fílon de Biblos eram versados em duas literaturas, tendo escrito sobre ambas. Os mesmos mitos frequentavam diferentes literaturas e os mitógrafos comparavam textos de comunidades diferentes, criando seus próprios heróis tribais a partir de mitos anteriores. Na Roma Clássica, autores como Macrobius e Aulus Gellius teceram diversos paralelos entre poetas romanos e gregos; e, na Renascença, o comparatismo chegou a tornar-se moda na Europa, devido, em grande parte, à doutrina da imitação, que exigia comparações e o estudo de influências. No

No século XIX, à diferença do que ocorrera até então, surge necessidade de sistematização do comparatismo e a Literatura Comparada principia a erigir-se como área do conhecimento. É a época de grande fé na ciência, em que o empirismo e o método indutivo desempenham papel de relevo, e a disciplina não deixará de portar essas marcas, só muito mais tarde postas em questão. É também a época em que se incrementa o pensamento cosmopolita e se amplia o interesse por culturas que fogem ao eixo europeu. As línguas despertam intensa curiosidade e tornam-se objeto da Linguística Comparada. A Literatura começa a ser encarada por uma óptica conscientemente comparatista, e surgem os primeiros cursos e estudos sobre o assunto. Um quadro exaustivo dos passos da Literatura Comparada em sua fase de afirmação e autodefinição escaparia sem dúvida ao âmbito deste ensaio, mas expressivas, ainda que breves, pinceladas, não devem tampouco ficar à margem. Seguem-se, assim, algumas delas. Em 1816, antes ainda da grande voga cientificista, Noel e Laplace publicam na França uma série de antologias de diversas literaturas, sob o rótulo genérico de Curso de Literatura Comparada, e entre 1828 e 1840, o termo aparece empregado na obra Panorama da Literatura Francesa do Século XVIII, do professor Abel-François Villemain, que, já em 1828--1829, ministrara na Sorbonne um curso sobre o assunto. Em 1830, J. J. Ampère refere-se à "história comparativa das artes e

século XVIII, a comparação entre obras literárias clássicas e modernas voltou a ocupar um primeiro plano, gerando inclusive a famosa Querela dos Antigos e dos Modernos, e, finalmente, após essa época, inúmeros foram os casos isolados de escritores ou críticos que, marcados por acentuado senso de cosmopolitismo, realizaram estudos comparativos de autores, obras, movimentos, ou até literaturas de maneira geral: Goethe, Herder, Lessing, Mme. de Staël, os irmãos Schlegel, Henry Hallam e Sismondi.

^{1.} Wlad Godzich, The Culture of Literacy, Cambridge, Harvard UP, 1994, p. 274.

da literatura" em seu *Discurso sobre a História da Poesia*, e, dez anos depois, reemprega o termo no título da obra *História da Literatura Francesa Comparada às Literaturas Estrangeiras*. Em 1835, por fim, Philarète Chasles se encarrega de formular alguns princípios básicos do que considerava ser uma "história da literatura comparada", e parte para sugerir uma visão conjunta da história da literatura, da filosofia e da política nos cursos que irá ministrar, em 1841, no Collège de France².

Embora as obras mencionadas tenham na realidade muito pouco do que hoje se vem compreendendo como Literatura Comparada - o estudo de Noel e Laplace, por exemplo, não passa de uma coletânea de textos escolhidos, sem nenhuma preocupação com o confronto, e o Panorama do professor Villemain não contém mais do que breves referências a outras literaturas fora das fronteiras da França -, elas expressam ao menos uma consciência da necessidade de constituição da disciplina e de sua legitimação, pela cunhagem do termo para designá-la. Tal preocupação, porquanto mais presente na França, conforme se verifica posteriormente na Revue des Deux Mondes, de Saint--Beuve, e em seus Nouveaux Lundis (1884), não deixa, todavia, de figurar, e com vigor inegável, em textos de autores oriundos de outras nações do Ocidente Europeu. Na Alemanha, Moriz Carrière já adota, em 1854, no livro Das Wesen und die Formen der Poesie, a expressão vergleichende Literaturgeschichte, mais tarde difundida como vergleichende Literaturwissenschaft. Na Itália, De Sanctis já leciona a disciplina em Nápolis, em 1863, e Mazzini declara, em seus Scritti (1865-1867), que nenhuma literatura pode alimentar-se de si mesmá ou escapar à influência

de literaturas estrangeiras³. Na Grã-Bretanha, em 1886, surge o livro *Comparative Literature*, de Hutcheson McCauley Posnett⁴, que, apesar do enfoque adotado, de cunho predominantemente sociológico, é até hoje conhecido como o primeiro, em língua inglesa, dedicado exclusivamente à matéria.

Essa fase inicial, designada pelos teóricos mais recentes como pré-história da Literatura Comparada, evolui, da última década do século XIX até meados do século XX, para um momento de certa efervescência, em que a disciplina penetra no meio acadêmico, tornando-se objeto de ensino em universidades europeias e norte-americanas e dotando-se de bibliografia específica e publicações especializadas. É então que surgem as primeiras cátedras universitárias: Lyon (1887), com Joseph Texte, e Sorbonne (1910), com Fernand Baldensperger, e, em seguida, Jean-Marie Carré, na França; Harvard (1890), com Arthur Richmond Marsh, e, mais tarde, com H. C. Schoffield e Irving Babbit, e Columbia (1899), com George Woodberry, nos Estados Unidos. É então também que se publica a primeira bibliografia sobre o assunto, de Louis Betz, com o título La Littérature comparée: essai bibliographique5 (1904), marco de consolidação do termo "Literatura Comparada" e base da famosa Bibliography of Comparative Literature⁶, de Fernand Baldensperger e Werner Friederich, dada a público quase cinquenta anos depois e considerada como o início dos modernos estudos da disciplina. É ainda desse período que datam a Revue de Littérature Comparée (1921), criada por Fernand Baldensperger e Paul Hazard, considerada, durante longos

Ver Robert J. Clements, Comparative Literature as Academic Discipline, New York, MLA, 1978; e Ulrich Weisstein, Comparative Literature and Literary Theory, Bloomington, Indiana Univ. Press, 1973.

^{3.} Ver nota 2.

^{4.} H. M. Posnett, Comparative Literature (1886; rpt. New York, Johnson Reprints, 1970).

Louis Paul Betz, La Littérature comparée: essai bibliographique, Estrasburgo, K. J. Trübnet. 1904.

Fernand Baldensperger & Werner Friederich, Bibliography of Comparative Literature, Chapel Hill, Univ. of North Carolina Press, 1950.

anos, o principal veículo de divulgação de trabalhos na área, e o manual de Van Tieghem, *La Littérature comparée*⁷ (1931), adotado em todos os principais centros de ensino da matéria. Estas duas últimas publicações, bem como os demais manuais que a elas se seguiram com mesmo título – os de François-Marius Guyard (1951), e de Claude Pichois e André Rousseau⁸ (1967) –, são algumas das maiores expressões da chamada era clássica do comparatismo francês, que hoje se tornou conhecida como "Escola Francesa" de Literatura Comparada.

Tendo desempenhado papel fundamental no processo de consolidação da disciplina, e dominado o universo acadêmico por mais de meio século dentro e fora do país de origem, a Escola Francesa, apesar de hoje amplamente questionável em seus princípios e métodos, deixou cicatrizes no comparatismo que ainda se fazem sentir. A orientação dominante era de ordem histórica ou historiográfica, calcada na pesquisa de fontes e influências e restringia o alcance da disciplina ao terreno das aproximações binárias e à constituição de "famílias literárias". A Literatura Comparada era vista como um ramo da História da Literatura, e os autores, obras e movimentos, como manifestações de um contexto determinado, e, portanto, abordados por uma óptica extrínseca. O fenômeno literário não interessava em si mesmo, mas em suas relações quer com a série em que se insertava quer com outros a que se assemelhava, e nesses casos a comparação dependia de um contato real e comprovado, documentado. Investigavam-se as filiações de uma obra, autor ou movimentos, e as influências que eles teriam exercido sobre outros, e ficava-se, na maioria das

vezes, em um plano puramente analógico-descritivo. É verdade que, em alguns casos, tais estudos (cuja única diferença é a ênfase sobre o emissor – influências – ou sobre o receptor – fontes) contribuíram para o melhor conhecimento de uma obra ou autor, revelando enganos e falácias, ou para avaliar a importância que estes tiveram em contextos posteriores, mas o que ocorreu com frequência foi o rastejo descritivista de traços epidérmicos, que não raro desaguou em labor de cunho simplesmente detetivesco.

A ruptura com essa tradição vai ocorrer em 1958, durante o II Congresso da Associação Internacional de Literatura Comparada (AILC/ICLA), fundada poucos anos antes. Nesse Congresso, organizado por Werner Friederich, na Universidade de Carolina do Norte, em Chapel Hill (EUA), René Wellek apresenta uma conferência com o título provocativo de "A Crise da Literatura Comparada"9, em que procede a um balanço da disciplina e investe contra suas fragilidades teóricas e a incapacidade de estabelecer, até aquela época, um objeto de estudo distinto e uma metodologia específica. O texto, verdadeiro libelo contra os pronunciamentos do grupo francês, representado por Baldensperger, Van Tieghem, Carré e Guyard, desperta imensa celeuma, e constitui uma espécie de ponto de partida do que vem a ser designado mais tarde, em oposição à Francesa, de "Escola Americana" de Literatura Comparada. Tais termos, observe-se, embora pátrio-gentílicos, não têm qualquer conotação de teor nacionalista. Antes, apontam para uma polêmica entre duas gerações de comparatistas: uma mais antiga, clássica, composta na maioria por professores e pesquisadores franceses, que encarava

^{7.} Paul Van Tieghem, La Littérature comparée, Paris, Colin, 1931.

^{8.} M.-F. Guyard, La Littérature comparée, Paris, Presses Universitaires de France, 1951; e C. Pichois & A. Rousseau, La Littérature comparée, Paris, Colin, 1967. Este último tevé uma reedição ampliada e atualizada, com a colaboração de mais um autor, Pierre Brunel, e o título Qu'est-ce que la littérature comparée?, Paris, Colin, 1983.

R. Wellek, "The Crisis of Comparative Literature", em Werner Friederich (org.), Comparative Literature: Proceedings of the II Congress of the ICLA, Chapel Hill, Univ. of North Carolina Press, 1959, vol. 1, pp. 149-160. Repb. em René Wellek, Concepts of Criticism, New Haven, Yale Univ. Press, 1963, pp. 282-295.

a disciplina por um viés predominantemente centrípeto, e outra mais recente, moderna, centrada principalmente em universidades norte-americanas, e que opunha à visão tradicional outra de cunho mais centrífugo.

Influenciado pelo formalismo russo, pela fenomenologia e pelo new criticism norte-americano, Wellek critica com veemência os estudos de fontes e influências, de ordem extraliterária e baseados em princípios causalistas, e propõe um análise centrada primordialmente no texto. Entretanto, ele não se atém completamente à postura imanentista dessas correntes; ao contrário, considera também importante o estudo das relações entre o texto e o contexto em que este fora produzido. Sua crítica incide sobre o historicismo tradicional, mas não sobre a dimensão histórica, que não deve estar ausente na abordagem do fenômeno literário. Além disso, os estudos de fontes e influências limitavam-se, na maioria das vezes, a estéreis paralelismos, resultantes de mera caça às semelhanças. Wellek condena a perspectiva predominantemente descritivista de tais estudos e afirma que comparatismo e crítica não podem andar separados. Do mesmo modo, insurge-se contra a distinção entre Literatura Comparada e Literatura Geral e o ressurgimento da velha Stoffgeschichte alemã, e aceita a possibilidade de estudos comparatistas no interior de uma única literatura nacional, contanto que a abordagem adotada tenha uma dimensão crítico-teórica que transcenda as fronteiras dessa literatura. Todos esses aspectos formam juntos a base da cisão entre uma suposta orientação norte-americana e a francesa clássica, e fazem do autor uma espécie de prógono da nova Literatura Comparada. Contudo, assinale-se que, a despeito das diferenças significativas que ponteiam essas duas "escolas", a incompatibilidade entre elas não é irredutível. Basta lembrar o caso de Etiemble, que sucede a Carré na Sorbonne, e que, pelo questionamento empreendido contra o comparatismo tradicional e a crítica desencadeada contra toda sorte de eurocentrismo, chega a aproximar-se mais dos norte-americanos do que de seus pares na França¹⁰.

Embora os autores que integram a chamada "Escola Americana" de Literatura Comparada não constituam um grupo coeso nem disponham de um programa estabelecido, fortes denominadores comuns, distinguíveis na atuação desses autores, justificam o uso do termo. Além dos rasgos já apontados na proposta de Wellek, registrem-se o tônus acentuadamente eclético da nova escola e sua capacidade de absorção de noções teóricas diversas. Tais aspectos ampliam consideravelmente o âmbito da Literatura Comparada, conferindo-lhe um caráter mais internacional, que a leva a incluir outras literaturas até então alheias ao cânone da tradição ocidental, e mais interdisciplinar, que a aproxima não só das demais formas de atividade artística, como ainda de outras esferas do conhecimento. Tomando sempre por base o texto, mas levando em conta suas relações com o contexto histórico-cultural, a "Escola Americana" aborda o fenômeno literário por uma pluralidade de perspectivas, mas ao mesmo tempo chamando atenção para a importância de uma metodologia científica, que não lhe permita incorrer em simples sistema de trocas bilaterais. Nessa nova fase, os tradicionais estudos de fontes e influências sofrem um embate decisivo e as barreiras entre comparatismo e crítica tornam-se cada vez mais tênues. Contudo, nem todos os germes da tradição são lançados por terra, permanecendo ainda, entre outras coisas, o cunho universalizante das propostas e o tom, porquanto camuflado, ainda iniludivelmente etnocêntrico do discurso.

Além dessas duas "escolas" de Literatura Comparada, houve também, no percurso de autodefinição e consolidação da disciplina, outras vozes, em grupo ou isoladas, que, embora em

Ver René Etiemble, Comparaison n'est pas raison, Paris, Presses Universitaires de France, 1963.

menor escala, prestaram valiosa contribuição à sua formação, e a que, portanto, não pode faltar menção. Entre as primeiras, vale mencionar o grupo de estudiosos eslavos, também chamado de "Escola Soviética", representado sobretudo por figuras como Victor Zhirmunsky e Dionyz Durisin, que, somando a influência do formalismo russo a preocupações de ordem social, desenvolveu um sistema de analogias tipológicas e chamou atenção para os topoi da tradição popular e legendária. Entre as vozes isoladas, citem-se figuras como Robert Escarpit, dentro da própria França, que projetou novas luzes sobre o comparatismo, abordando-o por uma óptica sociológica e realizando pesquisas com o público ledor, que antecipam questões posteriormente retomadas e reelaboradas pelos teóricos da Estética da Recepção, e Claudio Guillén e Guillermo de Torre, que, situados, pela sua origem hispânica, fora do eixo central da Literatura Comparada, ergueram-se como críticos combatentes do etnocentrismoⁿ.

A maior permeabilidade da "Escola Americana" e as contribuições dessas vozes em grupo ou isoladas conferiram novo impulso ao comparatismo, que deixou de lado a perspectiva historicista tradicional e seu correlato – os velhos estudos de fontes e influências – e passou a ocupar-se cada vez mais do texto literário e das relações interliterárias e interdisciplinares. No entanto, ele continuou apojando-se em certos pilares, de tintas nitidamente etnocêntricas, que pouco ou nada se moveram até os anos de 1970, dentre os quais a pretensão de universalidade com que se confundiu o cosmopolitismo dos estudos comparatistas, e o discurso de apolitização, apregoado, sobretudo, pelos remanescentes da "Escola Americana", que dominou a área nos meados do século xx. O primeiro expressa-se pelo anseio de que, a despeito

da diversidade e multiplicidade do fenômeno, é possível constituir-se um discurso homogêneo sobre ele e de que a literatura é uma espécie de força enobrecedora da humanidade, que transcende qualquer barreira; o segundo condensa-se em afirmações como a de que a Literatura Comparada é o estudo da literatura, independentemente de fronteiras linguísticas, étnicas ou políticas, e que não deve portanto deixar-se afetar por circunstâncias de ordem econômica, social ou política, entre outras.

Conquanto esses dois tipos de discurso apresentem variações na superfície, eles encerram, no íntimo, um forte denominador comum - o teor hegemônico de sua construção -, e foi sobre esse dado fundamental que se baseou grande parte da crítica empreendida a partir de então ao comparatismo tradicional. Em nome de uma pseudodemocracia das letras, que pretendia construir uma História Geral da Literatura ou uma poética universal, desenvolvendo um instrumental comum para a abordagem do fenômeno literário, independentemente de circunstâncias específicas, os comparatistas, provenientes na maioria do contexto euro-norte--americano, o que fizeram, conscientemente ou não, foi estender a outras literaturas os parâmetros instituídos a partir de reflexões desenvolvidas sobre o cânone literário europeu (e por europeu entenda-se o cânone constituído basicamente por obras literárias das potências econômicas do oeste do continente). O resultado inevitável foi a supervalorização de um sistema determinado e a identificação desse sistema - o europeu - com o universal. Do mesmo modo, a ideia de que a literatura deveria ser abordada por um viés apolítico apenas camuflava uma atitude prepotente de reafirmação da supremacia de um sistema sobre os demais12.

Ver Eduardo F. Coutinho, Literatura Comparada na América Latina: Ensaios, Rio de Janeiro, Edueri, 2003.

Sobre a questão do eurocentrismo, ver, entre outros, Samir Amin, Eurocentrism, trad.
 Russell Moore, New York, Monthly Press, 1989; John Tomlison, Cultural Imperialism,
 Baltimore, John Hopkins Univ. Press, 1991; Aijaz Ahmad, In Theory: Classes, Nations,

O questionamento dessa postura universalizante e a desmitificação da proposta de apolitização, que se tornaram uma tônica da Literatura Comparada a partir dos anos de 1970, atuaram de modo diferente nos centros hegemônicos e nos focos de estudos comparatistas até então tidos como periféricos. Mas em ambos os contextos, verificou-se um fenômeno similar: a aproximação cada vez maior do comparatismo a questões de identidade nacional e cultural. No eixo Europa Ocidental/ América do Norte, o cerne das preocupações deslocou-se para grupos minoritários, de caráter étnico ou sexual, cujas vozes começaram a erguer-se cada vez com mais vigor, buscando foros de debates para formas alternativas de expressão, e nas outras partes do mundo clamava-se por um desvio de olhar, com o qual se pudessem enfocar as questões literárias ali surgidas a partir do próprio locus onde se situava o pesquisador¹³. A preocupação com a Historiografia, a Teoria e a Crítica literárias continuou relevante nos dois contextos menciohados, mas passou a se associar diretamente à práxis política cotidiana. As discussões teóricas voltadas para a busca de universais deixaram de ter sentido e seu lugar foi ocupado por problemas como o das relações entre uma tradição local e outra importada, o das implicações políticas da influência cultural, o da necessidade de revisão do cânone literário e o dos critérios de periodização.

Esse descentramento ocorrido no âmbito dos estudos comparatistas, agora muito mais voltados para questões contextualizadas, ampliou em muito o cunho internacional e interdisciplinar da Literatura Comprada, que passou a abranger uma rede complexa de relações culturais. A obra ou a série literárias não podiam mais ser abordadas por uma óptica exclusivamente estética;

Literatures, London, Verso, 1992; e Susan Bassnett, Comparative Literature: A Critical Introduction, Oxford, Blackwell, 1993.

como produtos culturais, era preciso que se levassem em conta suas relações com as demais áreas do saber. Além disso, elementos que até então funcionavam como referenciais seguros nos estudos comparatistas - como os conceitos de "nação" e "idioma"14 - foram postos por terra, e a dicotomia tradicionalmente estabelecida entre Literaturas Nacionais e Literatura Comparada foi seriamente abalada. A perspectiva linear do historicismo cedeu lugar a uma visão múltipla e móvel, capaz de dar conta das diferenças específicas, das formas disjuntivas de representação que significam um povo, uma nação, uma cultura; e os conjuntos ou séries literárias passaram a ter de ser vistos por uma óptica plural, que considerasse tais aspectos. Categorias como Literatura Chicana, Literatura Afro-Americana ou Literatura Feminina passaram a integrar a ordem do dia dos estudos comparatistas, e blocos como Literatura Ocidental, Africana ou Latino-Americana, instituídos pelos centros hegemônicos, revelaram-se constructos frágeis, adquirindo uma feição nova, oscilante em conformidade com o olhar que o enfocasse15.

A transformação por que passou a Literatura Comparada, de uma prática coesa e unânime de comparação de autores, obras e movimentos literários, que reforçava a identificação arbitrária de estados-nações com idiomas nacionais vistos como suas bases naturais, para uma reflexão mais ampla, consciente de sua própria condição de discurso e do *locus* de sua enunciação, que veio a questionar inclusive seu próprio objeto de estudo, constituiu uma verdadeira reviravolta na agenda da disciplina, que o crítico

^{13.} Ver Homi Bhabha, The Location of Culture, London, Routledge, 1994.

^{14.} A respeito do redimensionamento dos conceitos de nação e idioma, ver sobretudo Benedict Anderson, Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism, London, Verso, 1983; e Homi Bhabha (org.), Nation and Narration, London, Routledge, 1990.

Sobre a questão da reconfiguração de identidades, ver sobretudo Frederick Buell, National Culture and the New Global System, Baltimore, John Hopkins Univ. Press, 1994.

Hillis Miller muito bem expressou ao referir-se a uma mudança de ênfase do estudo retórico intrínseco da literatura para o estudo de suas relações extrínsecas e sua localização nos contextos histórico, psicológico e sociológico ¹⁶. Agora, o interesse maior do comparatista deslocou-se, entre outras coisas, da preocupação com a natureza e função da literatura no plano internacional, para a tentativa de compreensão das diversas contradições da categoria do literário em diferentes culturas. A contextualização tornou-se uma palavra de ordem nos estudos comparatistas e o estético passou a ser visto como um valor entre outros, sempre associado a fatores de outra sorte, que incluem necessariamente o político. Tal revirayolta, contudo, não se deu apenas no âmbito da Literatura Comparada; ela é um fenômeno que pode ser claramente observado no seio dos estudos humanísticos de maneira geral desde meados do século xx até o presente.

Na primeira metade do século xx, os raios do Iluminismo, que dominaram a visão de mundo ocidental nos séculos precedentes, haviam talvez atingido seu grau máximo de intensidade, e, a despeito dos sinais de exaustão que já se começavam a apresentar, observava-se, no campo das ciências humanas, forte preocupação com uma espécie de aproximação às ciências exatas e naturais, e tal se expressava frequentemente pelo afã de universalização mencionado, que deixava de lado toda diferença específica, ignorando as circunstâncias históricas que cercavam fatos, fenômenos e acontecimentos. No caso dos estudos literários, esse afã se verificou através de uma supervalorização do elemento estético, de uma espécie de "aura" do produto literário, que o tornaria distinto e superior a todo e qualquer outro tipo de discurso. O estético, embora nunca pudesse ter sido mensurado,

e consequentemente definido com certa exatidão, era aceito com naturalidade e tomado como referência para distinguir a produção literária de qualquer outro tipo de produto, situando-o numa esfera hierárquica superior. No entanto, com a dificuldade de mensuração e delimitação do que seria o estético, tomou-se por base a tradição conhecida, as obras que tinham sido consagradas até então com o selo do estético, e estas adquiriram um caráter de exemplaridade, erigindo-se como padrões de referência. Ora, como as obras conhecidas e marcadas com esse selo eram as provenientes das culturas mais poderosas, e em especial do Ocidente, a consequência inevitável foi a instituição dessas culturas como modelares, criando-se assim dois elementos-chave que funcionaram durante um largo tempo como marcos para os estudos literários: uma noção de estético calcada na prática tradicional e um cânone consagrado por essa mesma prática.

Essa preocupação com a construção de categorias universais, já presente nas correntes imanentistas que permearam o meio intelectual do Ocidente desde a década de 1920, como o Formalismo Eşlavo, a Estilística Espanhola e Teuto-Suíça, a Explication de Texte francesa e o New Criticism anglo-americano, encontrou no campo dos estudos literários sua mais forte expressão no período de domínio do movimento estruturalista, máxime em sua fase inicial, que correspondeu, em grande parte, ao apogeu da chamada Escola Americana de Literatura Comparada, marcada primordialmente pela preocupação com o caráter autotélico do texto. A partir daí, no entanto, iniciou-se a reação que começou a pôr em xeque o cunho universalizante das propostas de abordagem do fenômeno literário e dos padrões de avaliação, e voltou com força total a preocupação com o elemento histórico, não mais evidentemente na perspectiva do historicismo novecentista, mas como dado fundamental no processo tanto de produção quanto de recepção da literatura.

Hillis Miller, "The Function of Literary Theory at the Present Time", em Ralph Cohen (org.), The Future of Literary Theory, New York, Routledge, 1989.

A obra de arte não surgia do nada, mas antes de um contexto histórico-cultural determinado e era transportada para outro ou outros; assim, o estudo desses contextos adquiriu uma feição fundamental na abordagem de qualquer manifestação artística. Para a importância que os comparatistas passaram a dar então à contextualização, tiveram papel de destaque a Escola Soviética de Literatura Comparada – descoberta por essa época no Ocidente – que reunira de modo bastante instigante contribuições do formalismo e do marxismo, e o grupo de filósofos pós-estruturalistas franceses, que puseram por terra os pilares da metafísica ocidental, desvendando as estruturas de poder camufladas nas suas construções, e puseram em questão as bases dos saberes da modernidade.

Como a Literatura Comparada é uma disciplina que já surgira sob o signo da transversalidade, não somente por transpor as fronteiras das nações e/ou dos idiomas que serviam de base para o estudo das literaturas nacionais ou pertencentes a um mesmo sistema linguístico, como também pela interdisciplinaridade com relação tanto às demais formas de manifestação artística quanto a outras searas do conhecimento, as transformações ocorridas em seu seio foram contundentes, sendo a mais expressiva o acirramento do diálogo entabulado com as demais disciplinas, particularmente no que diz respeito à troca de conceitos e categorias e à interferência de objetivos de uma área na outra. As fronteiras, embora tênues, que ainda marcavam o comparatismo com relação a outras áreas do conhecimento foram amplamente esgarçadas, e a disciplina, além de absorver elementos de outras e de prestar subsídios a suas elaborações, tem-se erigido como espaço de reflexão sobre a produção, a circulação e a negociação de objetos e valores, contribuindo assim de maneira decisiva para a esfera mais ampla dos estudos de humanidades. Não nos podendo estender aqui sobre essa questão, dada a sua amplitude, limitar-nos-emos a algumas amostras representativas, principalmente no que concerne às relações entre o comparatismo e algumas das correntes mais recentes do pensamento que com ele se têm imbricado, como os Estudos Culturais e Pós-Coloniais, ou as áreas do conhecimento que com ele vêm mantendo hoje um acentuado intercurso, como a própria História e a Geografia. Antes, porém, registre-se uma observação a respeito da terminologia empregada pela disciplina.

Tratando-se o comparatismo de um discurso sobre o literário, que difere dos demais estudos da literatura pelo seu cunho mais abrangente, o jargão empregado pela disciplina é o mesmo desses estudos, que provém dos três discursos básicos construídos sobre o fato literário - a teoria, a crítica e a historiografia -, não se justificando a acusação, frequentemente feita, de que a Literatura Comparada não tem um discurso próprio. As relações da Literatura Comparada com esses três tipos de discurso já foram fartamente exploradas e não nos vamos deter nos meandros dessa argumentação. Cabe apenas lembrar que, pese as especificidades desses discursos, todos eles apresentam vínculos estreitos com o comparatismo, sendo frequentemente incluídos na esfera dessa disciplina. No caso da historiografia literária, bastaria lembrar que o comparatismo surgiu intimamente associado a ela, dado o historicismo dominante na segunda metade do século xix, e no da crítica, cremos ser suficiente recordar a afirmação de Wellek, já em 1958, de que a separação desses dois discursos não tem base de sustentação, uma vez que a avaliação está calcada em procedimentos comparativos. No caso da teoria, finalmente, observe-se, se não mais, o fato óbvio de que a reflexão comparatista se acha na base de qualquer formulação teórica, e conclua-se com a lembrança de Godzich de que não há nenhuma abordagem ateórica da literatura 17. A Literatura Comparada serve-se não só do jargão como dos métodos empregados pela Teoria da Literatura, selecionando-os de acordo com o tipo e propósito da abordagem adotada.

Embora a Literatura Comparada já tenha começado a ampliar sua esfera de atuação, deixando de restringir-se ao viés puramente erudito da tradição literária, por influência da Escola Soviética que penetrou no Ocidente a partir dos anos de 1960, foi com a versão norte-americana dos Estudos Culturais, amplamente disseminada nas décadas de 1980 e 1990, que ela realmente registrou um salto significativo, deixando de lado a aura do literário que até então a dominava e passando a contemplar uma gama muito mais ampla de textos, que incluía não só o que antes era designado como popular, e consequentemente excluído desses estudos, como também um tipo de produção textual até então considerado como pertencente a outros domínios. Os Estudos Culturais procederam a uma verdadeira desconstrução das estruturas petrificadas da metafísica ocidental, que hierarquizava o conhecimento e privilegiava certas culturas, erigindo-as como modelares, e empreenderam um forte combate a todo e qualquer sistema homogeneizador, e a Literatura Comparada, que já vinha questionando seus princípios tradicionais, imbuiu-se de espírito semelhante e, em franco diálogo com aquela corrente, desencadeou fortes indagações à ideia de um discurso ou de uma cultura central, uniforme e exemplar, passando a colocar no mesmo plano o que era periférico, marginal ou excêntrico e a valorizar o local, o regional, e tudo o que antes era rejeitado como cultura de massas.

Do mesmo modo que os Estudos Culturais, os Estudos Pós--Coloniais também tiveram um forte embate com a Literatura Comparada, modificando muitos de seus pressupostos e ampliando significativamente o seu raio de atuação. Tendo surgido no contexto de língua inglesa por parte de escritores, e posteriormente de teóricos, que levantaram questionamentos sobre as

estruturas subjacentes dos processos de colonização, os Estudos Pós-Coloniais adquiriram uma tal dimensão, que passaram a abarcar todo tipo de contexto em que se verifica uma relação de dominação e subjugo do outro. Os textos dos teóricos do pós-colonialismo, marcados por uma clara proposta política, e na linha da obra seminal Orientalismo¹⁸, de Edward Said, têm como eixo expor e desfazer hierarquias de poder e advogar diferenças, a fim de permitir que as inúmeras vítimas da representação falem por si próprias. No campo da Literatura Comparada, tais pressupostos tiveram um impacto considerável, máxime em dois de seus aspectos: a crítica ao eurocentrismo que dominara a disciplina desde os seus primórdios e que fora responsável pelo estabelecimento de dicotomias insustentáveis como a de centro e periferia, ou de literatura central e emergente; e o reconhecimento e valorização de toda uma produção até então excluída por ser oriunda de contextos considerados periféricos. Neste último caso, cabe ressaltar que passaram a fazer parte dos estudos comparados textos provenientes não só de locais como a Índia e a África pós-colonial, como também de escritores de diáspora ou pertencentes a grupos minoritários dentro dos contextos considerados centrais.

O intercurso que se verificou entre a Literatura Comparada e a História constitui um capítulo à parte, uma vez que o discurso historiográfico é um dos elementos básicos que compõem os Estudos Literários e que o próprio comparatismo surgiu no bojo da historiografia literária, tendo em sua fase inicial sido identificado com ela. As aproximações entre a Literatura e a História são muitas e até hoje permanecem constituindo objeto de amplos debates, que se estendem desde o processo de representação da realidade em ambos os casos, até as implicações mútuas de uma área na outra. No entanto, o que nos interessa particularmente sa-

lientar são as transformações por que passaram ambos os campos de conhecimento com o advento da chamada Nova História, iniciada com o grupo dos *Annales*, na primeira metade do século xx e desdobrada posteriormente em várias versões como a História das Mentalidades ou a História da Vida Cotidiana. Nesse sentido, cabe destacar alguns aspectos que não só transformaram o sentido da historiografia, como também fizeram dela uma disciplina marcadamente comparatista: a ruptura da noção de progressão linear ou evolucionismo em favor de um tempo de longa duração, que leva em conta a relação entre infra e superestrutura; o estabelecimento do que Braudel designou como uma espécie de dialética entre o passado e o presente¹⁹; e a consciência da História como discurso que lhe confere um sentido de relatividade e a aproxima de outras formas de expressão discursiva, como a literária.

A ruptura da noção de progressão linear em favor de um tempo de longa duração, que inclui o tempo de vida de uma sociedade nos diversos aspectos de sua cultura, ampliou significativamente o âmbito da historiografia, uma vez que esta deixou de restringir-se aos eventos políticos ou diplomáticos, passando a contemplar também as circunstâncias mais amplas que os condicionaram, e, no caso mais específico da historiografia literária, passou a ser levada em conta, além do cânone, uma gama de produção anticanônica, mesmo de transmissão oral, e textos até então reservados a outras áreas do conhecimento. A dialética entre o passado e o presente expressou a consciência, hoje fundamental entre os estudiosos, de que a historiografia não é o registro acumulativo de tudo o que se produziu, nem a simples compilação de temas ou formas, mas a reescritura constante de textos anteriores com o olhar do presente, o que significa que

As relações entre a Literatura Comparada e a Geografia acentuaram-se muito nas últimas décadas, sobretudo após os estudos de Bachelard sobre a poética do espaço20 (1957), e as reflexões sobre o papel daquela disciplina nesses estudos levam geralmente a três orientações básicas, todas elas calcadas numa conceituação geocultural: a mitocrítica, que envolve a mitificação de um locus determinado, a tematologia, centrada num topos específico, e a imagologia, esta última voltada principalmente para o confronto entre as imagens que um grupo ou uma população constrói do estrangeiro e de si mesmo. Entretanto, a grande contribuição que o comparatismo recebeu dessa espécie de geocultura foi o redimensionamento do espaço abordado nos estudos literários, que levanta indagações sobre conceitos tradicionalmente aceitos como o de "nação", que é relativizado pela superposição de outros como o de "região cultural" ou pela inclusão de noções como a de "fronteira", "zona" ou "centro cultural", que levam à construção de uma nova cartografia literária. O questionamento do conceito de "nação", disseminado sobretudo a partir do impacto

os fatos, fenômenos ou acontecimentos relatados são reconstruídos à luz de uma visão comprometida com o tempo e local da enunciação. E, finalmente, a consciência da condição da História como discurso, traço diretamente ligado ao anterior, ao revelar que a narração empreendida pelo historiador é uma seleção de textos e acontecimentos que traduz sempre a óptica de seu porta--voz e as marcas da comunidade a que ele pertence, leva o interesse a incidir muitas vezes mais intensamente sobre as variantes do que sobre as versões oficiais, dando margem a uma série de indagações que enriquecem ao mesmo tempo em que põem em dúvida os dados consagrados pela tradição.

^{19.} Fernand Braudel, Civilization and Capitalism 15th-18th Century. The Structures of Everyday Life: The Limits of the Possible, trad. Sian Reynolds, London, Collins, 1981, vol. 1.

Gaston Bachelard, A Poética do Espaço, trad. Antônio de Pádua Danesi, São Paulo, Martins Fontes, 2008, 1. ed., 1957.

da publicação de *Comunidades Imaginadas*, de Benedict Anderson, afetou de tal modo os estudos comparatistas que ampliou em muito a ideia de "comparatismo interno", que tem como referência uma região intra ou internacional. A esses pontos somese ainda o enorme impulso que tiveram nas últimas décadas os estudos de literatura de viagem, que chegam a formar atualmente uma área específica de pesquisa.

Essa espécie de atuação recíproca que se tem verificado nas últimas décadas entre as diversas áreas do conhecimento estende-se muito além do que foi tradicionalmente designado como "interdisciplinaridade", já que não se trata apenas da presença de aspectos de uma área na outra, mas de uma verdadeira interferência nos paradigmas estabelecidos pela área, de modo a modificá-la significativamente através da circulação de ideais e objetivos e do reconhecimento de que as diferenças provenientes dessas trocas podem ser fonte de expressivo enriquecimento. A Literatura Comparada sempre foi, em função do seu cunho de transversalidade, uma disciplina marcada pela propensão ao diálogo, e a sua receptividade ao elemento forâneo sempre contribuiu para a sua constante reformulação. Não é à toa, inclusive, que já na época da Escola Americana chegaram a querer aproximá-la a uma sorte de humanismo. No entanto, o conceito de "humanismo" dominante àquela ocasião, se de um lado estava ligado à ideia socialmente aceita de que a literatura, como toda forma de manifestação artística, era patrimônio de toda a humanidade, de outro foi identificada à noção de "universalidade", que por sua vez se confundiu com a hegemonia de uma cultura - a euro-norte-americana. Além disso, essa visão foi respaldada pela crença falaciosa, disseminada então, da suposta neutralidade da ciência, fato que, no fundo, viria de encontro aos anseios de uma disciplina calcada na investigação e exame de obras literárias. Com o intercurso estabelecido na segunda metade do século xx com

as correntes do pensamento mencionadas, que colaboraram para a desconstrução de noções como a de caráter autotélico do texto, e chamaram atenção para a necessidade de contextualização histórica, bem como com a diluição das fronteiras entre as disciplinas, que se tornaram, em vez de marcos separatistas, zonas altamente efervescentes de intensos entrecruzamentos, o comparatismo voltou a aproximar-se de uma espécie de humanismo, só que num sentido bastante distinto do anterior. Agora não se trata mais de uma abstração, apoiada por fórmulas generalizantes, mas sim de um humanismo que, na expressão de Pageaux, tem o homem como tema de reflexão e de análise21. É esse tipo de humanismo que vem ganhando terreno na seara do comparatismo, tornando-o uma disciplina que, sem perda de vista de seu objeto primeiro, o texto, agora não só literário no sentido estrito, mas cultural de modo geral, desenvolve estratégias teórico-críticas não só de reflexões sobre ela mesma, mas sobretudo que possam atuar no campo social de modo a contribuir para a eliminação das exclusões e das desigualdades sociais22.

É nesse sentido que se vêm desenvolvendo, justamente nos contextos até recentemente tidos como periféricos pelo comparatismo tradicional, os estudos da disciplina, tanto com relação à produção do contexto central (euro-norte-americano) quanto com relação à de locais distintos dentro desse mesmo contexto, como é o caso dos estudos comparados entre a produção latino-americana e a africana ou oriental, ou ainda entre uma dessas produções e a de grupos que sofreram diáspora ou minoritários dentro do contexto central. No caso da América Latina, tais estudos tiveram grande impulso a partir da segunda metade do

^{21.} Daniel Henri Pageaux, *Musas na Encruzilhada*, trad. Marcelo Marinho *et al.*, Frederico Westphalen, URI; São Paulo, Hucitec; Santa Maria, UFMS, 2011.

^{22.} Ver Eduardo F. Coutinho, Literatura Comparada: Reflexões, São Paulo, Annablume, 2013.

século xx e chegaram a desencadear toda uma linha de reflexão que constitui hoje ampla bibliografia. Tendo absorvido contribuições valiosas de todas as correntes teórico-críticas mencionadas, e de outras disciplinas com as quais estreitou suas relações, como as referidas acima, a Literatura Comparada é hoje uma área efervescente do saber no continente, como se pode observar, por exemplo, através de seu ensino nas universidades ou na produção de histórias literárias altamente inovadoras, marcadas por uma perspectiva abrangente, que busca contemplar, além do material já presente em histórias anteriores - as instâncias canônicas -, a produção oriunda de todo o contexto focalizado no projeto de sua construção. No caso do ensino universitário, cite-se a título de amostragem a gama atual de cursos sobre Literatura Latino--Americana (incluindo-se aí, além da produção dos universos de expressão hispano, luso e francofônico, a dos demais idiomas falados no continente, até mesmo o das mesclas presentes nos contextos multiculturais), e no caso da historiografia literária, mencionem-se, entre outras, histórias literárias como Palavra, Literatura e Cultura, coordenada por Ana Pizarro, A History of Literature in the Caribbean, coordenada por James Arnold, sobre o mundo francofônico da América, e Literary Cultures of Latin America: A Comparative History23, organizada por Mario Valdés e Djelal Kadir, todas sob a égide da Associação Internacional de Literatura Comparada. Assim como no caso da produção latino-americana, cabe destacar o vigor com que se vêm desenvolvendo, da segunda metade do século xx ao presente, estudos comparatistas como os da produção dos diversos países de língua portuguesa, situados em continentes distintos. Também nessa seara, não se pode deixar de mencionar a importância cada vez maior que tais estudos vêm adquirindo no meio intelectual desses países expressa pela quantidade significativa de cursos oferecidos nas mais diversas universidades, pela gama de eventos realizados sobre o assunto, e finalmente por publicações e elaboração de estudos, como o projeto de uma história literária já em curso, também sob a égide da Associação Internacional de Literatura Comparada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHMAD, Aijaz. In Theory: Classes, Nations, Literatures. London, Verso, 1991. AMIN, Samir. Eurocentrism. Trad. Russell Moore. New York, Monthly Press, 1989.

Anderson, Benedict. Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. London, Verso, 1983.

Arnold, James (org.). A History of Literature in the Caribbean, Philadelphia, John Benjamins, 1994.

BACHELARD, Gaston. A Poética do Espaço. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo, Martins Fontes, 2008; 1. ed., 1957.

BALDENSPERGER, Fernand & FRIEDERICH, Werner. Bibliography of Comparative Literature. Chapel Hill, Univ. of North Carolina Press, 1950.

Bassnett, Susan. Comparative Literature: A Critical Introduction. Oxford, Blackwell, 1993.

BETZ, Louis Paul. *La Littérature comparée: essai bibliographique*. Strasbourg, K. J. Trübner, 1904.

Внавна, Homi. The Location of Culture. London, Routledge, 1994.

.____. (org.). Nation and Narration. London, Routledge, 1990.

BRAUDEL, Fernand. Civilization and Capitalism 15th-18th Century. The Structures of Everyday Life: The Limits of the Possible. Trad. Sian Reynolds. London, Collins, 1981. Vol. 1.

BUELL, Frederick. National Culture and the New Global System. Baltimore, John Hopkins Univ. Press, 1994.

CLEMENTS, Robert J. Comparative Literature as Academic Discipline. New York, MLA, 1978.

^{23.} Ana Pizarro (org.), América Latina: Palavra, Literatura e Cultura, São Paulo, Memorial da América Latina; Campinas, Unicamp, 1993, 3 vols., James Arnold (org.), A History of Literature in the Caribbean, Philadelphia, John Benjamins, 1994; Mario Valdés & Djelal Kadir (orgs.), Literary Cultures of Latin America: A Comparative History, Oxord/New York, Oxford University Press, 2004, 3 vols.

- COUTINHO, Eduardo F. Literatura Comparada na América Latina: Ensaios.
 Rio de Janeiro, Eduerj, 2003.
 - ___. Literatura Comparada: Reflexões. São Paulo, Annablume, 2013.
- ETIEMBLE, René. Comparaison n'est pas raison. Paris, Presses Universitaires de France, 1963.
- GODZICH, Wlad. The Culture of Literacy. Cambridge, Harvard Univ. Press, 1994.
- GUYARD, Marius-François. *La Littérature comparée*. Paris, Presses Universitaires de France, 1951.
- MILLER, Hillis. "The Function of Literary Theory at the Present Time". In: COHEN, Ralph (org.). The Future of Literary Theory. New York, Routledge, 1989.
- Pageaux, Daniel-Henri. *Musas na Encruzilhada*. Trad. Marcelo Marinho *et al.* Frederico Westphalen, uri; São Paulo, Hucitec; Santa Maria, urms, 2011.
- Pichois, Claude & Rousseau, André. La Littérature comparée. Paris, Colin, 1967.
- PIZARRO, Ana (org.). América Latina: Palavra, Literatura e Cultura. 3Vols. São Paulo, Memorial da América Latina; Campinas, Unicamp, 1993.
- Posnett, Hutcheson M. Comparative Literature. New York, Johnson Reprints, 1970. 1. ed., 1886.
- SAID, Edward. Orientalism. New York, Pantheon, 1978.
- TOMLISON, John. Cultural Imperialism. Baltimore, John Hopkins Univ. Press, 1991.
- VALDÉS, Mario & KADIR, Djelal (orgs.). Literary Cultures of Latin American: A Comparative History. 3 vols. Oxford/New York, Oxford University Press, 2004.
- Van Tieghem, Paul. La Littérature comparée. Paris, Colin, 1931.
- Weisstein, Ulrich. Comparative Literature and Literary Theory. Bloomington, Indiana Univ. Press, 1873.
- Wellek, René. "The Crisis of Comparative Literature". In: Friederich, Werner (org.). Comparative Literature: Proceedings of the If Congress of the ICLA. 2 vols. Chapel Hill, Univ. of North Carolina Press, 1959.
- _____. Concepts of Cristicism. New Haven, Yale Univ Press, 1963.

Inventar a Ler. Literatura-Mundo em Português

Helena Carvalhão Buescu (Universidade de Lisboa)

Por que optar pela designação Literatura-Mundo e não por outras de recorte semelhante (mas não totalmente coincidente, como veremos), como literatura mundial, literatura geral ou literatura universal? Qual o sentido daquilo que é em português um neologismo, e o que permite ele descrever de forma mais interessante? São essas as questões iniciais por que passarei, e a propósito das quais descreverei, nos seus traços gerais, o projeto Literatura-Mundo em Português, por mim coordenado no âmbito do Centro de Estudos Comparatistas. Trata-se de um projeto que repousa, na sua primeira fase, sobre a elaboração de um conjunto de antologias de diferentes literaturas escritas em ou traduzidas para português, e passarei, ainda por isso, neste ensaio, por algumas questões relacionadas com as operações conceptuais que subjazem à noção de antologia ou coleção, visto que elas me parecem implicar reflexões de consequências interessantes para a área disciplinar configurada em torno da Literatura-Mundo.